



XXXIII CONIC 23/24

Congresso de Iniciação Científica

Ciência em Movimento: Construindo o Futuro

com Conhecimento

25 a 27 de Novembro de 2024

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS E LEGAIS: REVISÃO DE ESCOPO

¹ Marcos Paulo Maciel Kasuga; ² Thiago de Assis Furtado e Silva; ² Lilian Regiani Merini; ³ Luis Filipe Alves Deip; ⁴ Silvania da Conceição Furtado –

¹ Bolsista IC - Universidade Federal do Amazonas

² Colaborador – Universidade Federal do Amazonas

³ Colaborador – PPGRACI/Universidade Federal do Amazonas

⁴ Orientadora – Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

A inteligência artificial (IA) tem sido incorporada na medicina para melhorar o atendimento ao paciente, agilizando processos e aumentando a precisão em diagnósticos e tratamentos. Esta revisão de escopo visa mapear as evidências sobre as implicações éticas e legais da IA na saúde, utilizando uma metodologia que analisa estudos publicados entre 2018 e 2023 em bases como PubMed e IEEE Xplore. A pesquisa identificou 149 artigos, dos quais 14 foram selecionados após exclusões baseadas na relevância para aspectos éticos e legais. Os resultados revelam preocupações significativas sobre riscos associados à implementação de tecnologias de IA, incluindo violações de dados e falta de transparência, que podem afetar a confiança na Cirurgia Robótica e em sistemas de IA. As lacunas legais, como a ausência de regulamentações sobre proteção de dados pessoais e responsabilidade, contribuem para a hesitação na adoção dessas tecnologias. Recomendações incluem a necessidade de fortalecer o consentimento informado, adaptar leis existentes e criar comitês de ética para garantir a implementação justa. Além disso, a pesquisa destaca que o viés nos dados de treinamento pode perpetuar desigualdades raciais e de gênero. A falta de processos de licenciamento para desenvolvedores de IA e a necessidade de uma abordagem ética são cruciais para garantir a justiça na implementação da IA na saúde. A conclusão enfatiza que, diante do cenário disruptivo da IA, é urgente estabelecer regulamentações éticas e responsáveis, além de capacitar profissionais e pacientes sobre o uso de ferramentas de IA. Para isso, é fundamental evitar o viés de dados e promover acordos globais que abordem a privacidade e a proteção de dados. A revisão conclui que as evidências sobre as implicações éticas e legais ainda são insuficientes para garantir uma implementação segura da IA na saúde.

Palavras-Chave: inteligência Artificial; Saúde; Ética; Aspectos Legais; Regulamentação.

AGRADECIMENTOS

À PROPESP/UFAM pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.

